



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria.tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Gomes Costa, Suely

Tornando "à simpleza antiga": Rio de Janeiro, fins do século XIX

Tempo, vol. 12, núm. 24, 2008, pp. 173-193

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013399009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

*Tornando “à simpleza antiga”. Rio de Janeiro, fins do século XIX**

*Suely Gomes Costa***

Cartas de Cristiano B. Ottoni e de Bárbara, sua mulher, do Rio de Janeiro para os netos em Paris, entre 1879 e 1892, e outras fontes organizam referências para exame de projetos de retorno à “simpleza antiga” – expressão de Machado de Assis –, diante de ritmos (tempos e movimentos), dados como próprios ao sistema fabril. Quando associados a constrangimentos advindos de relações e práticas sociais de longa duração histórica, ampliam possibilidades analíticas da conjuntura da abolição e do advento da república.

Palavras-chave: Proteção Social – Dependências – Relações Sociais

A return to the “old simplicity”. Rio de Janeiro in the late 19th century

The present article looks at Abolition and the formation of the Brazilian Republic through the lens of letters written by Cristiano Benedito Ottoni and his wife Bárbara Balbina de A.M. Ottoni to their grandsons in Paris from 1879 to 1892. These sources and other sources allow us to look at calls for a return to the “old simplicity” (Machado de Assis’ phrase) in the light of how new rhythms of industrial production (timing and movement) of the industry impact upon people’s intimacy and on family practices of social protection.

Keywords: Social Protection – Dependency – Social Relations – Social Relations

* Artigo recebido em março de 2007 e aprovado para publicação em setembro de 2007.

** Professora titular da Faculdade de Serviço Social/UFF e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História/UFF. E-mail: suelygom@oi.com.br.

De retour à l'ancienne candeur (simpleza antiga). Rio de Janeiro, fin du XIX^e siècle

Dans cet article, les lettres écrites, entre 1879 et 1892, par Cristiano Benedito Ottoni et par son épouse Bárbara Balbina de A.M. Ottoni à leurs petits-enfants qui sont à Paris, entre d'autres sources, établissent des repères pour l'examen des projets de retour à la simpleza antiga/ancienne candeur (l'expression est de Machado de Assis) face aux rythmes (temps et mouvements) imposés par le système industriel. Associées aux contraintes advenues des rapports et des pratiques sociales dans la longue durée, ces sources élargissent les possibilités analytiques offertes par la conjoncture de l'abolition et de la proclamation de la république.

Mots-clés: Protection Sociale – Dependences – Rapports Sociaux

Cartas de Cristiano Benedito Ottoni¹ e Bárbara Balbina, sua mulher, entre 1879 a 1892, do Rio para os netos, Cristiano e Misael, residentes em Paris, falam, sobretudo, de velhices e vida em comum. Em 1894, Machado de Assis, em crônica sobre coisas parecidas, deseja tornar “à simpleza antiga”.² Há, nesses escritos, trânsitos num território de imprecisa “fronteira”, lugar de encontro com o “novo” e um “entre lugar” onde nada parece ser parte “do continuum passado e presente”.³ Tratam de descontinuidades que essa geração ajudou a construir e, ambigualmente, teima, na velhice, em destruir. Mostram diásporas que, no sentido semântico da origem grega, são experiências “de inseminação aqui e acolá, uma fecundação dispersiva, uma disseminação desordenada”, em tempos de abolição da escravatura e de república recém-inaugurada.⁴ Convergem para a “perspectiva diaspórica da cultura” que subverte “modelos culturais tradicionais orientados para a nação”.⁵

As cartas, poucas e salteadas no tempo, sugerem ainda viradas nas relações de gêneros, gerações e classes sociais. Afagos, notícias de familiares

¹ C. B. Ottoni; B. B. de A. M. Ottoni, *Cartas aos netos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1978. Sobre correspondência como fonte histórica, ver: Ângela M. de Castro Gomes (org.), *Escrita de si, escrita da história*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

² M. de Assis, *A Semana* (1892-1900), v. 1., 25 de março de 1894, Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1938, p. 71.

³ H. K. Bhabha, *O local da cultura*, tradução de M. Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves, 2ª reimpressão. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003. Ver, em especial, p. 19 a 42.

⁴ Apud M. Canevacci, *Sincretismos. Uma exploração das hibridações culturais*, tradução de R. Barni, São Paulo, Studio Nobel, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro – Istituto Italiano di Cultura, 1996, p. 8.

⁵ S. Hall, *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*, tradução de Adelaine La Guardia Resende e outros, Belo Horizonte, UFMG/ Brasília, Representação da Unesco no Brasil, 2003, p. 36.

e de amigos, lembranças, conselhos, cuidados à distância e, sobretudo, expectativas de reconstruir a vida em comum transmitem aos filhos, através dos netos, sofrimentos. Curtos enredos de pequenos episódios cotidianos mostram um tempo de estranhos ritmos. Na crônica, Machado de Assis os examina em *flashback*.⁶ Cenas do passado e presente da Semana Santa alimentam um diálogo simulado com seus jovens leitores: “A Semana foi Santa – mas não foi a Semana Santa que conheci”. Estes registros enfadaram-nos: “Mas por isso mesmo que os há de enfadar, deixe-me enfadá-lo(s) um pouco, repetindo que a Semana Santa que acabou ontem ou acaba hoje não é a semana santa anterior à passagem do Passo da Pátria ou ao último ministério Olinda”. Localiza diferenças de gerações e inexistências de coisas em comum: “Há pessoas que nasceram depois da Guerra do Paraguai! (...) Nem sei se chegareis a entender o que me sucedeu agora, indo ver o ofício da Paixão em uma igreja”. E rememora: “Outrora, quando de todo o sermão da montanha eu só conhecia o padrenosso, a impressão que recebia era mui particular, uma mistura de fé e de curiosidade, um gosto de ver as luzes, de ouvir os cantos, de mirar as alvas e as casulas, o hissope e o turíbulo”. Machado sublinha ritmos: “As semanas santas de outro tempo eram, antes de tudo, muito mais compridas. O Domingo de Ramos valia por três. (...) A segunda-feira e a terça-feira eram lentas, não longas; não sei se percebem a diferença”. Qualifica sensações: “Quero dizer que eram tediosas por serem várias. Parava, porém, a quarta-feira de trevas; era o princípio de uma série de cerimônias, e de ofícios, de procissões, de sermões, de lágrimas, até o sábado de aleluia, em que a alegria reaparecia, e finalmente o domingo de Páscoa que era a chave de ouro”. Distingue passado e presente e horas diferentes: “o que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade?” Compara celeridades da passagem das horas: “Não há dúvidas de que os relógios depois da morte de Lopez, andam muito mais depressa. Antigamente tinham o andar próprio de uma quadra em que as notícias de Ouro Preto gastavam cinco dias para chegar ao Rio de Janeiro”.⁷ Vida em comum e ritmos de vida, nesta crônica e nas 41 cartas de Cristiano e Bárbara, desvendam um pouco mais das transformações do Rio dos oitocentos.

Os netos, filhos de Virgínia, filha mais velha de Cristiano e Bárbara, são órfãos recentes de Misael Vieira Machado da Cunha, único barão de

⁶ M. de Assis, op. cit., p. 67 a 71.

⁷ Ibid., refere-se a Solano Lopez e à Guerra do Paraguai.

Madalena de linhagem portuguesa.⁸ Uma invisível divisão sexual de cuidados entre Cristiano e Bárbara esconde-se na aritmética dos endereçamentos. A segunda carta do avô segue em papel ainda tarjado do luto. Cristiano faz-se pai dos netos. Das 27 cartas de Cristiano, 18 são para Misael, o mais novo. Na seqüência de mensagens, entre 1879 e 1887, o avô lhe dirige, exclusivamente, as 13 cartas iniciais. Só de outubro de 1887 em diante, oito anos depois da primeira, aparecem nove cartas comuns aos dois netos; cinco outras, intercaladas, seguem aquele mesmo endereçamento. Localiza dificuldades desse neto:⁹ “estou acreditando que és um menino de juízo que não fazes tristeza a sua mãe, irritando-te e gritando por qualquer coisa”. Aconselha: “quando tua mãe te mandar para o colégio defronte, vás satisfeito e não de má vontade”. Na primeira carta aos dois netos, o avô afirma-se pai: “Dirijo-me aos dois justamente, porque no meu coração os confundo em um só e imenso amor, e porque desejo cultivar a estreita amizade em que os vejo”. Em 1888, quase dez anos depois da morte do barão, compara seu amor ao do pai ausente: “eu não sei se o homem que se chamou barão de Madalena lhes queria mais bem, do que o vosso Vovô muito amigo”.¹⁰ De Bárbara, dentre 14 cartas, antes bilhetes, Misael recebe apenas três, assinadas como “sua Dindinha”, papel subsidiário ao de mãe presente. As demais dirigem-se aos dois netos em conjunto. Frases curtas, apressadas, recados e ligeiras notícias avivam recordações e acarinham com abraços, nunca beijos, em fórmulas próprias a um certo estilo epistolar. Como as de Cristiano, salteadas, reclamam ausências e saúdam presenças. Na primeira de 1883, rememora emoções de encontros: “um só dia não se passa em que não se lembra do ano passado em que estávamos todos juntos”.¹¹ No início da correspondência, Cristiano tem 68 e Bárbara 57 anos.

Logo na primeira carta, o avô responde aos jovens sobre apelidos e nomes de família, códigos de continuidades de pertencas, identidades, convivência e relações de gerações. Sugere um ritual de passagem infância-juventude: “Vejo na tua cartinha que não queres ser mais – Tichet – como seu irmão não quer mais ser Bebê: muito bem; é que não querem parecer crianças, mas homens de juízo!”.¹² Se Tichet, Tiché ou, na grafia da avó, Tixê incomoda o menino das primeiras letras, o que dizer de Bebê para o irmão que já pensa

⁸ Afonso Eduardo M. Zuquete, *Nobrezza de Portugal e do Brasil*, vol. II, Lisboa, Edições Zairol Ltda., 1988, p. 710.

⁹ C. B. Ottoni; B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 25-27.

¹⁰ Ibid., p. 44.

¹¹ Ibid., p. 71.

¹² Ibid., p. 25.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

nos estudos superiores? A correspondência mantém os apelidos, expressões de afetos e desafetos, de formação de identidades. Cristiano desfaz mal-estares subtendidos em escolhas perfilhadas de sobrenomes familiares: “Lembro-me que, quando teu maninho disse que se chamaria – C. Ottoni Vieira, acudiste – eu não, não sou Ottoni, sou Machado da Cunha. Eu não me zanguei com isso, mas agora que te assinas – Misael Ottoni Vieira digo-te que é bonito assim, tomas de papai o nome – Vieira – e de mamãe o Ottoni”. Misael, homônimo do falecido pai, parece sofrer com a exclusão do sobrenome Machado da Cunha. As cartas não a explicam. Preferências infantis por nomes de família insinuam rumos afetivos e também tensões abertas por adultos no sentido de expor genealogias e lugares de prestígio ou de apagá-los, se desgastados...

Em Vila do Príncipe, depois cidade do Serro, em Minas Gerais, cidade de origem de Cristiano, família e nome Ottoni são igualmente modestos.¹³ Por pressão do pai, em 1828, aos 17 anos de idade, Cristiano vem para o Rio e ingressa na carreira militar, na Escola de Oficiais de Marinha.¹⁴ Como muitos jovens do interior, desloca-se para a capital do país em busca de melhores oportunidades. Nessa diáspora, vale o sacrifício de suportar a morada de um tio que mal lhe dirige a palavra, registra em sua autobiografia. A projeção do nome Ottoni, do Rio para o país, traduz as bem-sucedidas vidas de Cristiano e Teófilo, seu irmão. Herdeiros desse nome, os netos de Cristiano conhecem percursos mais cômodos, cercados de cuidados da parentela materna. Sua filha mais velha, Virgínia, baronesa de Madalena, ao contrário de sua avó paterna, roceira e avessa às agitações do Rio, vive as de Paris, longe de sua família de origem, mas sob proteção dos pais à distância e de familiares do lado Ottoni, sempre na Europa. Das cartas transpira a ausência da parentela do marido falecido.

A ascensão de Cristiano é rápida: oficial em 1830, segue o magistério, mas desloca-se, como professor de geometria, para Ouro Preto, onde fica até 1833, tempo de desfazer um romance sem casamento no Rio, do qual lhe nasce uma filha, morta aos dois anos de idade, de nome Ermelinda, dado depois a uma filha de seu casamento com Bárbara. Em 1834, no Rio, leciona matemática na Escola de Marinha. Ao mesmo tempo, na Escola Militar, estuda engenharia de pontes, calçadas e estradas de ferro, de interferência nos ritmos lentos. Pelo casamento com Bárbara Balbina, sua prima, filha de seu

¹³ C. B. Ottoni, *Autobiografia*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

¹⁴ Hamilton de M. Monteiro, “Introdução”, C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 13-21.

tio Joaquim Maia, de Valença (Província do Rio de Janeiro), em 1835, torna-se proprietário de terras. Catedrático em 1844, fica no magistério até 1855, quando é jubilado como professor e reformado como capitão-tenente. Em fins da década de 1850, elevado a Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, dá sua contribuição à mudança dos ritmos de seu tempo ao construir e colocar em tráfego os 140km de trilhos iniciais da depois Central do Brasil. Faz carreira política, como deputado e senador.

Morre em 1896, aos 85 anos de idade. Os netos herdam vantagens dessa trajetória. Crianças de outra geração e classe experimentam rituais bem mais complexos. Obrigam-se a saber línguas estrangeiras, uma exigência para rodopios no *grand monde*. Misael, neto mais novo, às voltas com as primeiras letras, chega a Paris e estuda língua francesa, como seu irmão, mais velho. Quase dez anos depois, Misael avança nos estudos em geral e, no de língua francesa, a ponto de confundi-la com a portuguesa, como observa o avô, em 1888: “Parabéns pela cruz de mérito, que mostra progresso: também o indica a redação de sua carta, que examinei linha por linha, procurando se continha galicismo; e só encontrei este: *gagnei*, em lugar de ganhei. Não achei também erros de gramática”.¹⁵ O exemplo de tio Lulu é útil: domina o alemão e francês e, em 1885, dedica-se ao inglês.¹⁶ Para esses herdeiros, só colégios de prestígio como na foto de 1888: empertigados, muito parecidos, com pequena diferença de estatura, exibem o uniforme do *Institut Saint Croix*.¹⁷ O avô à distância vigia tradições a consolidar, agora, nas escolhas profissionais dos netos. Como engenheiro e empresário, seu compromisso com a modernidade o faz avaliar: “A carreira de Engenharia, que Cristiano escolhe é mais bonita que a de Misael, comércio; mas esta oferece mais possibilidades de ser mais lucrativa. Ambas são honrosas, sendo exercidas por homens de bem”.¹⁸

Cristiano, em sua primeira diáspora familiar, deixara, com a família de origem, a “simpleza antiga” e os ritmos lentos do interior, onde ainda há “logradouros públicos em que cada um deixava pastar sua vaquinha de leite, os seus animais de montaria ou de carga etc.”.¹⁹ Para trás, ficam esses ritmos, principalmente, os de práticas domésticas semi-autárquicas. São tempos de auto-abastecimento, como no de leite, indicando que “cada família rica ou

¹⁵ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 47, 49.

¹⁶ Ibid., p. 32, 35.

¹⁷ Ibid., p. 23.

¹⁸ Ibid., p. 4.

¹⁹ C. B. Ottoni, *Autobiografia*, p. 18.

remediada tinha ao lado ou no fundo da casa um pátio, em que de noite ficava preso o bezerro da vaca que seria mungida de manhã”. Fala do trabalho feminino que tudo fabrica: “Lá no Serro, bem me lembro do aspecto de trabalho que a casa oferecia ordinariamente: tear, fusos, costuras, rocas, lavagem de roupa etc, etc.”.²⁰ São fazeres de muitas lentidões. No Rio, em 1828, práticas como essas combinam-se com outras mais complexas e apressadas.²¹ Estão ainda nas casas com áreas para vaca e bezerro, como em outras muitas com “rio dentro”, para tantos usos anunciados em jornais de época. Mesmo nos anos 1830, vinagres, sabões, velas, alimentos, cosméticos, roupas de todos os tipos, feitos em casa, recriam práticas antigas, sob frágeis relações com o mercado e em ritmos lentos. Descontinuidades de oferta de bens de varejo, de fluxos monetários e de moedas divisionárias para troco são minimizadas por fazeres artesanais que, acionados, recriam, a todo momento, conforto, nas ocultas circunstâncias da transição campo x cidade. Há impactos contínuos e recíprocos de práticas artesanais e fabris sobre ritmos cotidianos. No início dos anos 1850, numa chácara em Engenho Velho, Cristiano, Bárbara e seis escravos domésticos vivem sob essas circunstâncias.²² Relações mercantis avançam, mudando alguns e mantendo outros hábitos, ritmos e a “simpleza antiga”. Espaços interno e externo das moradas, combinados, associam práticas artesanais e fabris, numa dialética de ritmos – tempos e movimentos – vários, lembrando que toda reprodução da cultura inclui sua transformação.²³ Nessa perspectiva, os chamados “efeitos da urbanização” sobre o cotidiano são enganosos; erra quem pensa que o Rio, ao longo do século XIX, não evolui além de um “padrão colonial de sucessivas alterações urbanas de pouca monta”.²⁴

A partir de 1885, Cristiano e Bárbara experimentam, aqui e ali, alterações da vida em comum associadas a diásporas familiares. As mensagens aos netos, de fato, a todos os familiares, seus leitores certos, agem como um *marketing* do estado de solidão sentido pelo casal diante de presenças fugidias, exíguos tempos de atenção dos filhos e noras, chegadas e saídas de parentes e amigos, ausências sentidas com profundo pesar, mas próprios à cissiparidade do processo de formação de novas famílias. Cristiano lamenta: “Virgílio passou

²⁰ Ibid., p.10.

²¹ S. G. Costa, *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*, Rio de Janeiro: século XIX, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 1996, p. 243-254.

²² C. B. Ottoni, op. cit., p. 68.

²³ Ver: M. Sahllins, *Ilhas de história*, tradução de B. Sette, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1990.

²⁴ J. D. Needell, *Belle époque tropical*, tradução de C. Nogueira, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 44.

aqui 15 dias e foi hoje, deixou muitas saudades e a casa muito vazia”.²⁵ Como é de bom-tom, o casal de avós tem duas casas: a da rua Farani, em Botafogo, e a de Petrópolis, abrigo do calor carioca e dos surtos de febre amarela. Cristiano vive com Bárbara e, mais, Teodora, sua sogra e tia, e Teodósia, prima e cunhada; em 1885, sente tristeza nesse viver entre velhos: “Esta casa está um pouco triste, só com os três velhos e Teodósia: contudo esta semana Virgílio nos tem feito companhia e nos dias Santos também Julio”.²⁶ Em 1888, sublinha sentimentos de solidão. Não apenas na casa da cidade, mas também na de veraneio:²⁷ “Nossa casa da rua Farani e esta [Petrópolis], ambas estão muito tristes, e a cada momento alguma circunstância nos aviva as saudades”. Até o cão estranha ausências: “Lá, mudamos para defronte as duas camas para Ermelinda e Lulu, e um dia entrou Medor, e cheirava em roda as camas, olhava em cima e em baixo, grunhindo que faz(ia) dó”.

Entre a morte do barão e a partida para Paris, Virgínia e os filhos haviam morado com os avós maternos. Os seis filhos de Cristiano e Bárbara – três homens: Cristiano Benedito Junior, Júlio Benedito e Virgílio Benedito; e três mulheres: Virgínia, Ermelinda e Teodósia –, todos casados e com seus netos, espalham-se em suas próprias casas; longe, só Virgínia, em Paris, e um filho e nora – esta morre em 1891 –, neto e neta em Paranaguá. Os demais, filha, genro e uma neta e os outros dois filhos e noras parecem residir no Rio. Essa proximidade não traz, porém, a convivência desejada por Cristiano; das cartas ecoa um lamento continuado, esse de 1887: “Nossa vida aqui na rua Farani é triste e monótona. Reinou a solidão desde que vocês embarcaram; mas tornou-se completa no dia 22, indo-se embora Teodorinha e levando Teodósia. Há em casa o silêncio de uma sepultura”.²⁸ Nos seus usos do tempo, Cristiano solidariza-se com a esposa: “De manhã, como de costume, os jornais enchem o tempo. Depois do almoço, se vou à cidade, distraio-me um pouco; mas pesa-me deixar minha velha tão só. Julio, quase só o vemos ao almoço e ao jantar. Este estado de coisa produz em mim uma grande tristeza; mas felizmente temos saúde”. Acentua-se a fragilidade de ambos. Sós, velhos, tristes e doentes, os esposos cuidam-se mutuamente. Ao lado da companheira, Cristiano vê-se envolvido em práticas domésticas, assuntos de mulher que, até então, lhe eram estranhos. Anuncia, no verão de 1889, sua condição de cuidador solitário da

²⁵ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op.cit., p. 61.

²⁶ Ibid., p. 34.

²⁷ Ibid., p. 42.

²⁸ Ibid., p. 39-40.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

esposa “nos dias de febre”, como quem deseja atrair para si piedade e atenção por seus sofrimentos:²⁹

Felizmente, o meu incômodo cessou de todo e tenho agora melhor apetite do que antes de adoecer. A nossa velha é que sofre mais: ainda no dia 12 teve novo acesso de linfatite, com sintomas sérios, mas passou e está em convalescença. Nos dias da febre estive eu só com ela: Teodósia no Rio Preto, Julio e Virgílio na corte. Além da lida de enfermeiro, tinha a chave da dispensa, e o rol de roupa suja e as contas de Luiza e as mil trapalhadas miúdas, que não deixam de aborrecer: mas eu tenho refletido que o isolamento é condição muito freqüente dos velhos, e resigno-me facilmente.

Cristiano, porém, luta contra o isolamento. De práticas de vida em comum e seus códigos, reavivadas nos escritos, emerge a força de “um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um”.³⁰ Bárbara faz da cozinha de sua casa na rua Farani, de seus odores e sabores, cenário de sensações familiares. Remexe o passado “tocando em nervos”, modos de sentir-se no outro e de fazer aproximações de antepassados e descendentes. Sentimentos gravados em corpos e mentes de sucessivas gerações estão no pão-doce, tão a gosto de Misael. A cozinha, seus cheiros e paladares colam o passado emendando a vida de cada um:

Me lembro muito de você com muitas saudades e quando estou fazendo doce de caju estou sem(pre) me lembrando de que você sempre queria me ajudar e os sábados sempre faço Pão doce e me lembro de que se você estivesse aqui havia (de) me ajudar e quando eles vem assadinhos do forno eu digo logo se Tixê estivesse aqui como ele havia de gostar.³¹

A periodicidade de rituais culinários é uma compensação de ausências e um encontro marcado: “Tenho uma criada que disse que sabia fazer tudo que eu mandasse ela fazer, então perguntei e Pão doce você sabe fazer, sei, então mando todos os sábados fazer”. Experiências lúdicas em tempos entrecruzados de crianças e adultos são revividos: “quando faço algum biscoito ou doce, me lembro de que vocês gostavam e muitas vezes me ajudavam, então seu avô que falta tem feito os seus companheiros de passeio a cavalo que muitas vezes ele não sai por falta de companhia”.³²

²⁹ Ibid., p. 49.

³⁰ G. Freyre, *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob regime patriarcal*, 25.ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987, p. lxxv.

³¹ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, p. 61.

³² Ibid., p. 68.

Em 1888, numa recém-chegada carta que nem mesmo lhe fora destinada, Cristiano, de soslaio, perscruta a planta da nova residência urbana dos netos. Virgínia e os filhos haviam deixado o sítio inicialmente ocupado em Paris. Nas trocas de informação de avô e netos sobre dimensões e ambiência das respectivas casas do Rio e de Paris, há muito do projeto de restaurar convivências. Cristiano, atento, num relance, assinala lacunas de informação sobre a nova casa e solicita aos netos que as preencham “medindo o comprimento e a largura das duas salas de visita e de jantar, para poder fazer uma idéia, comparando-as com as de cá”.³³ Mais que curiosidade, move essas investigações na comparação de vantagens da casa brasileira com as da francesa. Duas cartas depois, a distribuição espacial das dimensões das duas moradas está numa tabela, com surpreendente grau de detalhamento:³⁴

Examinei as dimensões da casa; creio que houve engano na medida do quarto de Virgínia, 4, 76 x 1,50. Esta largura é quase do nosso corredor 1,40; mal caberá um leito. Há de ser, pelo menos 2,50. Quanto as outras peças, tive curiosidade de comparar com as correspondentes aqui da rua Farani e achei o seguinte:

	Paris	Rua Farani
	m m m ²	m m m ²
Sala de visitas	4,64 x 4,34 = 20,14	6,10 x 5,00 = 30,50
Sala de jantar	4,81 x 3,36 = 16,14	6,70 x 5,30 = 35,51
Quarto de dormir	4,00 x 3,41 = 13,64	4,35 x 6,00 = 17,40

A casa maior que a parisiense é adequada à família numerosa: “E acrescento que esta nossa vivenda ocupa a área de 376 metros quadrados, não compreendendo o aposento de Julio e Virgínia, a lavanderia, quartos de criados e galinheiro”. Ao destacar o sítio urbano encravado na exuberante paisagem tropical de muitas abundâncias e suprimentos, com jardim, pomar e adjacências, a carta toca sensações partilhadas pela família:

Ainda há outro ponto em que levo vantagem; é a vegetação que nos cerca. Diante das janelas da frente temos as nossas magnólias silvestres, muito crescidas e copadas. Do lado da entrada as nossas roseiras e palmeiras: as do portão já tem no tronco, 1,55 de circunferência. Do outro lado a nossa amostra de pomar, que estava tão fechado que foi preciso cortar grande número de galhos.

³³ Ibid., p. 43.

³⁴ Ibid., p. 45-46.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

No fundo, o morro com mato, o corador de roupa, uma touceira de bambus, e sobre os paralelepípedos do pátio algumas tiras com plantas.

O pomar agora é só uma “amostra” daquele dos tempos de abastecimento semi-autárquico. A casa tem cavalariças ao lado do chalé de Julio, num espaço arrendado. Com tais dimensões, quem sabe atrairá para perto de si toda a família, “retecendo” tempos e tramas afetivas? Ainda ativo na vida pública, Cristiano renova sua insatisfação com os rumos de suas relações privadas, nas mensagens sub-reptícias aos filhos, não aos netos. Mas rende-se à ambiência cultural de Paris: “A casinha de Paris tem outras vantagens, talvez maiores: paciência”. Encerra o assunto ao reviver, em passeios descritos por um dos netos, trajetos de sua juventude “pelo Bois, pelo Sena, pelo caminho de cintura de Versailles” e por mais lugares, desloca-se até o cemitério Père Lachaise, recordando epitáfios de duas sepulturas, iguais e modestas, lidos no passado: “*J’attends ma mère*” e “*J’ai rejoint ma fille*”, simbolicamente, desejos de juntar a família. Mas como que soterrando fantasias, conclui:³⁵ “Infelizmente creio que não tornarei a ver Paris; estou muito velho...”

As casas senhoriais, como essa de Cristiano, levam a pensar diásporas nas “transições urbanas” do Rio e de outros lugares, além das familiares. Na transferência de criados e de animais para fora do sítio original, há mudanças de modos de vida enraizados em práticas domésticas semi-autárquicas que antes asseguram bens de uso corrente. De meados para fins do século, estreitam-se as relações das casas com o mercado. Ambientes íntimos se separam dos sociais e dos de serviço; somem pocilgas, galinheiros e currais, apequenam-se hortas e pomares; redefinem-se espaços externos para habitações de criados e áreas de criação e abate de animais. Valorizam-se terras, inauguram-se códigos de posturas e de uso do solo.³⁶ A tendência de contraírem-se os casarões do Rio é inexorável: a amplos espaços para a família correspondem mínimos para seus agregados; cavalos ficam nos arredores das residências, nesta transição de meios de transportes nem tão públicos, nem tão urbanos. Cocheiras, anexos das casas ricas, em terras valorizadas, ganham novos usos, tanto que, poucos anos depois, em 1904, houve quem, como Domingos

³⁵ Ibid., p. 13-19.

³⁶ Ver: Rio de Janeiro, Câmara Municipal, *Código de Posturas* (1838-1870), (GCRJ; *Id.*, *Código de Posturas da Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro e editais da mesma Câmara*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1870). AGCRJ; *Id.*, *Coleção das Leis Municipais e Vetos* (1892-1894), AGCRJ; *Id.*, *Consolidação das Leis e Posturas Municipais* (1824-1906), AGCRJ; *Id.*, Prefeitura. *Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal* (1838-1893), AGCRJ.

Fernandes do Valle, após concluir as obras da cocheira na rua Marquesa dos Santos, na Glória, pediu à Câmara permissão para habitá-la.³⁷ A guarda dos animais de transporte pode ligar-se, como no passado, ao abrigo dos criados, agora em menor número. Novidade do novo desenho do espaço residencial é o terreno separado, vinculado à casa, para animais, ainda em grande número, e para poucos criados, indica outra:³⁸

Aí vão as novidades que vocês virão achar em setembro na rua Farani: Julio arrendou 13,20m de terreno ao lado do nosso jardim com fundos até o alto do morro, compreendendo o que nos fica pelos fundos; abriu comunicação ao lado dos bambus do corador; construiu uma cocheira, que indica a intenção de ter carros; ao lado quarto para um ou dois criados e baias que admitem 6 ou 8 animais. Por ora só tem 2 cavalos em que saí as vezes comigo: o meu é muito manso e bom, mas não bonito como o do Julio: poderei ceder algumas vezes o passeio a vocês, ora a um ora a outro.

Essa separação de animais e criados redesenha espaços de outrora. Sobrados e chácaras de então, assim como fábricas, arquitetam convivências e conveniências, reafirmando certas vantagens do complexo da casa-grande e senzala. Algo permanece e algo muda. Em 1894, a maior das casas do comendador Correa de Sá, na rua Correa de Sá, 3, em Santa Tereza, dentre as três propriedades herdadas por seu filho único, Junior, nessa mesma rua chamada de seus nomes, mostra isso.³⁹ Essa família com apenas dois adultos, pai e filho, ocupa uma casa com cinco quartos, de espaços íntimos separados dos sociais e esses dos de serviço, e abriga, do lado de fora, num terreno menor, uma cocheira com banheiro, dependências para empregados ou agregados, com uma “cavalaria coberta”, como o “chalé” do Júlio. Taunay também observa inovações dessas plantas e as atribui a influências da missão artística francesa.⁴⁰ Mas tais padrões europeus só são apropriados localmente porque materializam novos modos de viver. Comparando as plantas de casas-grandes e sobrados apresentadas, em suas passagens pelo Brasil, por Vauthier (1840-1846) com as de Debret (1816-1831), G. Freyre concorda com diferentes concepções de morar do Nordeste e do Sul do país, segundo épocas, mas aponta

³⁷ Ver: Cocheiras e estábulos, 1848-1900, códice 41-141, AGRJ, p. 26-30.

³⁸ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 51.

³⁹ Inventário do Comendador Agostinho Maria Correa de Sá, 1894, maço 1200, caixa 4221, AN.

⁴⁰ Taunay, A. de E., *A missão artística francesa de 1816*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

fortes semelhanças.⁴¹ Para ele, dois códigos arquitetônicos de um mesmo tipo de “patriarcado” seguem as mesmas tendências, próprias à colonização, às necessidades de adaptação ao meio tropical e às tradições portuguesas. Todavia, Cristiano, com seu casarão e prestígio, não consegue submeter ninguém a qualquer desígnio “patriarcal”.

Transformações dos ritmos de vida – tempos e movimentos – repercutem sobre regularidades demográficas. Há mudanças visíveis na divisão sexual do trabalho. José de Alencar, no romance *O tronco do Ipê*, ambientado em meados do século XIX, na região fluminense, mostra um cozinheiro no preparo dos assados, aguardando decisões de abate de animais da alçada da patroa e de uma escrava.⁴² Mas responsabilidades dos escravos-cozinheiros se alteram, algo que L. Edmundo nomeia de “divisão sexual do trabalho culinário”, perceptível no período colonial:⁴³

Tem que ser o homem o diretor desse serviço. A mulher, contrariamente ao que se vê hoje, foi por todo o tempo colonial repudiada, tida e havida por imperfeita no serviço. Os graduados na ajudância, nas cozinhas, eram todos eles, negros, jamais negras. Quando muito, incumbiam-se as escravas de procurar, fora, os mantimentos indispensáveis ao labor das cozinhas. Iam a compras, de samburá ao braço ou de balaio à cabeça.

No Rio, atividades de hospedagem (hotéis, estalagens, pensões) e de produção e distribuição de alimentos (armazéns, quitandas, padarias, confeitarias, bares, casas de chá, restaurantes, sorveterias) incorporam homens, preferencialmente, e isso se faz com mais diásporas. Mulheres escravas e livres deslocam-se para tarefas nas casas e nas ruas que antes lhes são vedadas. Mulheres pobres, desde sempre, trabalham em casas e ruas. Oficinas multiplicam-se:⁴⁴ o trabalho em domicílio cresce em novos e antigos espaços, com sensíveis problemas urbanos. Já na década de 1860, o trabalho doméstico torna-se, cada vez menos, o território de escravo e mais de mulheres livres, brasileiras ou não, e escravas forras associadas às escravas restantes, atendendo à demanda de criadas; assim, em “1872, dois terços das mulheres livres

⁴¹ G. Freyre, *Sobrados e mucambos*, 8.ed., Rio de Janeiro, Record, 1990, p. 101-102.

⁴² José de Alencar, *O tronco do Ipê*, São Paulo, Saraiva, 1965. Ver: S. G. Costa, “Alice por Alice: as amarras femininas em O Tronco do Ipê”, *Tempo*, UFF, Departamento de História, v., n. 9, p. 29-42, jul. 2000, p. 35.

⁴³ L. Edmundo, *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*, 3.ed., Rio de Janeiro, Aurora, 1951, v. 1, p. 343-344.

⁴⁴ Ver: Eulália M. L. Lobo, *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, 2.v., Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

empregavam-se no serviço doméstico no Rio”.⁴⁵ Casas urbanas também retêm mulheres das camadas médias e altas nos espaços domésticos; elas administram e inventam o conforto, diante de precariedades do mercado, que nem a tudo atende, embora, desde os anos 1820, estejam mais saideiras, pois, suas tarefas se simplificam.⁴⁶ Por sua condição de renda, Bárbara Balbina faz tarefas de cozinha e recorre ao mercado; Cristiano se vê às voltas com afazeres femininos, até então impensáveis. Nada surgiu assim tão de repente. Há, por toda parte, uma nova “tomada de consciência do tempo”, algo que se impõe à vida de homens e mulheres de todas as épocas e lugares.⁴⁷ Na concepção das moradas, do último quartel do século XIX em diante, “fosse qual fosse o figurino”, segundo Lemos, há, nos critérios de circulação de casas, duas orientações: a que mantém certas marcas próprias à planta colonial referida por Freyre: a da varanda, ponto de vigia do movimento de dentro e de fora das casas, e a que incorpora a “circulação francesa baseada no isolamento de cada uma das zonas da habitação”.⁴⁸ A transferência de atividades domésticas das casas para o mercado traz impactos: ações caseiras, sintetizadas, mudam etapas e sincronias de muitos processos de trabalho artesanal; reduzem tarefas e espaços; favorecem deslocamentos de pessoas e de obrigações domésticas para o mercado. Mas as casas só se contraem porque convém às relações sociais em marcha. C. Lemos, na página 10 de seu livro, indica que “dezenas e dezenas de ações deixavam de ser exercidas no lar devido às providências da indústria, tanto no que diz respeito às necessidades do passado do dia-a-dia como às condições técnico-construtivas”. De fato, há “horas novas”, como percebe J. Manuel de Macedo, atento às contingências em que vive: há, no Rio, diz ele, “horas novas”, mas, apesar delas, convém “não esquecer os costumes do tempo”.⁴⁹ Se há “providências” que resolvem muitos problemas da intimidade, criam-se outros, como esses dos velhos sós. O século XIX, de tantas inovações técnicas, só organiza uma concepção de espaço porque, além de ajustada a novas necessidades de regulação do tempo, há mudanças nas relações familiares, nelas incluídas as escravistas, pertinentes a famílias ampliadas. No caso brasileiro, a concepção

⁴⁵ S. L. Graham, *Proteção e obediência. Criados e patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*, tradução de V. Bosi, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 21. Para a Europa, ver: G. Fraisse, M. Perrot, *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*, tradução de Maria Helena da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura e G. Porto, Afrontamento, 1994, p. 443-475.

⁴⁶ S. G. Costa, *Metáforas...*, p. 569.

⁴⁷ Norbert Elias, *Sobre el tiempo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 19 e 34.

⁴⁸ C. Lemos, *História da casa brasileira. A casa colonial. Casas urbanas e rurais. A habitação burguesa*, São Paulo, Contexto, 1989, p. 51-52.

⁴⁹ Macedo, J. M. *Memórias da rua do Ouvidor*, Brasília, Editora da UnB, Brasília, 1988, p. 13.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

européia de morada é apropriada às diásporas que avançam. No desenho das habitações do início do século, nos fundos da morada principal, senzalas, cocheiras e animais de criação, horta, pomar e jardim, todos muito próximos, recriam convivências e costumes próprios ao regime semi-autárquico de viver. Há intensa circulação de escravos e criados nas dependências das habitações e nos seus arredores, mesmo porque ininterruptas tarefas dependem desse ir-e-vir. Formas de convivência, obrigações e serviços a cumprir, inclusive com velhos, doentes e crianças, são muitas e mútuas. Viajantes do período registram essa intimidade com estranhamentos. Ina von Binzen, educadora de filhos de proprietários de fazenda, uma fluminense e outra paulista, entre 1881 e 1884, fala de deveres mútuos de senhores e escravos, de lugares de trabalho por todo o espaço doméstico e da circulação frenética e barulhenta de adultos e crianças.⁵⁰ Nas cartas de Cristiano e Bárbara, a lida doméstica nada revela dessas tensões ou barulhos; há silêncio e solidão. Queixa-se Bárbara, em sua última carta: “Aqui é uma monotonia, que só se ouve a bulha do Rio, que faz um atordoamento, que é pior que o silêncio”.⁵¹ Casas urbanas abastadas, nesses anos 1880 e 1890, livram-se de tais ruídos, quebram intimidades, reduzem medos, nojos e custos em relação à criadagem doméstica. Cristiano conhece bem tudo isso. Ao recomendar aos netos o não-esquecimento da língua pátria diante dos serviços de Paris, lembra-lhes vantagens de antigas práticas: “Em casa, a conversa em português tem até a vantagem de não ser entendida pelos criados, o que dá muita liberdade”.⁵² Padrões arquitetônicos em marcha vão resolver dilemas como esse da incômoda convivência social de muitos séculos entre ricos e pobres e entre seres humanos e bichos domésticos, tornados incompatíveis. Regras de bom-tom e de higiene, assim como de serviços e mercadorias disponíveis no mercado, ampliam tempos de privacidade sem criados por perto. Com tarefas mais demarcadas e em ambientes de restrita circulação, controlam-se melhor essa circulação, a exatidão do número de trabalhadores, sua dispensa e contratação. As alforrias, em grande parte femininas, tornam tais transições menos traumáticas.

Nos anos 1830, Cristiano, recém-casado, recebe como dote uma “fazendinha de café, com 225.000 braças quadradas de boas terras (1/10 de sesmaria),

⁵⁰ Ver: S. G. Costa, “Estranhamentos de Ina von Binzen: *household* e dimensões políticas das relações domésticas, *Saúde, Educação & Sexo, Revista do IBMR*, Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, n. 36, set/dez 2004, p. 48-55.

⁵¹ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 72.

⁵² Ibid., p. 43.

14.000 pés de café e seis escravos domésticos”.⁵³ Por não arcar com aluguel de escravos, justifica-se, alegando a pequenez do soldo militar e o fato de não ser costume ter escravos livres em casa. Um feitor e o aluguel de escravos do sogro bastam aos trabalhos da terra, mas conhece tensões na lida com escravos da casa: “Dos escravos que minha mulher recebeu de dote, trouxemos três: mas eram inábeis, xucros e nós não tivemos habilidade para educá-los”. Associa tensões vividas a costumes de Bárbara: “Minha Dona era em demasia exigente, o que dependia de sua educação de filha de fazendeiro. A teoria do roceiro é esta: pertence-me o trabalho do escravo, desde o raiar da aurora até o toque de recolher”. Frustram-se seus esforços de organizar o trabalho doméstico, pois sua mulher “era uma criança de 15 anos”; ele, então, “com 26 nada entendia do negócio”, vê-se “completamente inábil para o mister”. É evidente a crise matrimonial:

Demais queria muito bem à minha mulher e irritava-me contra os escravos, sempre que ela se queixava deles, o que era freqüente: parecia-me que ela tinha sempre razão, e nem sempre a tinha. Daqui resultaram repetidos castigos, que a lembrança desse estado de coisas, ainda hoje, tantos anos passados me desgosta.

Essa experiência marca-o para sempre: “Pouco a pouco fomos reconhecendo o erro, e por uma reação natural caímos, principalmente eu, no extremo oposto: sofro da mazela mau serviço”. Sem jeito de dar ordens, mesmo diante de desordens, “muitas vezes finjo não as ter percebido, só para não fazer uma observação desagradável ao Sr. Calixto ou ao Sr. Daniel, a qualquer dos carapinhas que ainda temos”. Diz ter aprendido a lição: “somos muito menos mal servidos com essa relaxação, que no tempo da severidade”. Cristiano narra, ainda, sua revolta, quando se intimida e cala diante de brutais castigos infringidos pelo cunhado a mais de 20 escravos do sogro, agora velho e ausente da gestão da fazenda, por ocasião do sumiço de um capado que, extraviado nas matas, horas depois reaparece. Segue, porém, os costumes do tempo; salta fora da pobreza e emprega o trabalho escravo. Pela morte do sogro, torna-se sócio desse mesmo primo e cunhado:⁵⁴ “daí em diante o progresso foi notável”. Em 1852, tinha com o sócio “uma fazenda de 300.000 braças de terras boas, cerca de 90.000 pés de café, metade produzindo, 47 escravos, engenho de pilões e as demais dependências necessárias. A produção desse ano foi de

⁵³ C. B. Ottoni, *Autobiografia*, p. 10, 44-47.

⁵⁴ Ibid, p. 67.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

2.653 arrobas de café. Nada devíamos”. Rejubila-se com ganhos auferidos quando, em 1855, vende a fazenda e, como usual, desfaz-se de escravos idosos e crianças e apura “100 escravos em flor, com os quais foi meu sócio para Mucuri, agora sócios em partes iguais”, adquirindo 100 ações dessa companhia de estrada de ferro. Talvez por isso, nessas transições, como abolicionista e republicano, nunca se vê entre radicais. Em 1883, publica discurso proferido no Senado, antes uma justificativa de suas objeções à Lei do Ventre Livre, de 1871. Apontado como defensor do escravismo, defende-se: “Nunca o fui”.⁵⁵ Sempre no Partido Liberal, deputado pelo antigo terceiro distrito de Minas Gerais, segue carreira política em seguidos mandatos, nas legislaturas de 1848, de 1864 a 1866 e de 1867 a 1888. Pela província do Espírito Santo, fica no Senado de 1880 a 1889. Nabuco vê Cristiano como propagandista da abolição, ao lado de José Bonifácio, Silveira Mota, dentre outros.⁵⁶ Cristiano se vê pouco à vontade quando pressionado a fazer ruptura com o trono.⁵⁷ Trata a política com desconforto. Em meio a ambigüidades, em 1887, diz-se abolicionista convicto e “republicano platônico”.⁵⁸ Tensões políticas ganham, nas cartas, apenas um registro seu na conjuntura de 1888: “tenho o dever de assistir as sessões do Senado, que hão de ir provavelmente até novembro; e nas melindrosas circunstâncias do nosso país, não devo abandonar o meu posto”.⁵⁹ Bárbara, em 1889, registra, trivialmente, um difícil momento: “Aqui novidade que houve é que caiu o ministério do João Alfredo e levaram 15 dias para organizarem outro, depois de muitas estórias subiram os liberais. Afonso é o presidente do conselho”.⁶⁰

Em sucessivas diásporas, ex-escravos deslocam-se para fora das contraídas casas senhoriais. Crescente aparato de higienização e contra a febre amarela contribui para formas de apartação social. De senzalas para cortiços, cabeças-de-porco e favelas muito são os novos modos de morar, embora relações de proteção e dependências mútuas de senhores e ex-escravos, atualizadas, persistam; restritos direitos, carências de transportes, assalariamento precário, poucas moedas em circulação, acesso a recursos livres na natureza presidem

⁵⁵ C. B. Ottoni, *Emancipação dos escravos*, Discurso proferido na sessão do Senado, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, p. 2.

⁵⁶ J. Nabuco, *Minha formação*, 10.ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 131-138.

⁵⁷ Hamilton de M. Monteiro, op.cit., p. 16-17.

⁵⁸ C. B. Ottoni, *Autobiografia*, p. 281.

⁵⁹ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 46.

⁶⁰ Ibid., p. 69. Trata-se de João Alfredo Correia de Oliveira e Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto.

escolhas de pontos para morar, modos de garantir conveniências recíprocas de senhores e ex-escravos em locais próximos do trabalho nas casas e em fábricas.⁶¹ Ocupar áreas de pântanos e encostas de morros vale por facilidades de acesso, aproximações pessoais e mesmo por gozo de fartura da natureza tropical. Nas formas de juntar e apartar espacialmente senhores e criados, a “simpleza antiga” tem muitas complexidades.

Finda a escravidão, longas convivências podem se alterar e se manter, combinadas ou não com regimes vários de assalariamento. Necessidades cotidianas, grandes e pequenas – como carta de recomendação, auxílios em dinheiro, atendimento caridoso do doutor, soltura de uma prisão injusta, até autorização de enterro e obtenção de cova em cemitério – são de atendimento certo no circuito dos antigos senhores.⁶² Há continuidades nas práticas de proteção e dependências entre senhores e ex-escravos, comuns a outras regiões brasileiras, obrigações a cumprir, como as memórias de infância registradas por Cristiano, na página 13 de sua autobiografia: “De cinco escravas chegaram 4 a ter cabelos brancos e o testemunho de serem bem tratadas”. Mas formas de proteção familiar tanto continuam como se transformam. No círculo familiar, pequenos órfãos podem prosseguir como crias; fora dele, apadrinhados, vão para orfanatos. Crianças, deixadas sós, “sem pai, sem mãe”, grau máximo de abandono, conhecem o teto das parentelas e compadrios vários, em maternidades e paternidades transferidas por força de costumes. Outras crianças, se órfãs bem-nascidas, tanto viajam para longe a fim de estudar, como ficam em colégios internos do país, mais caros ou mais baratos, substitutos de famílias, por períodos mais curtos ou mais longos. Esse sistema de proteção social se desloca das casas para o mercado, em muitas fórmulas combinadas, como a dos filhos de um capitão de mar-e-guerra, órfãos de mãe e pai, guardados pela lei, sob tutela paga por um tio: três foram espalhados em colégios internos (de 8, 13 e 15 anos de idade) e dois pequenos, em casa dos tios até 1877, quando a irmã, autorizada a casar-se, os levou consigo.⁶³ Há cuidados vários pagos e não pagos. Colégios internos liberam famílias de obrigações por tempos diversos.

⁶¹ Ver: K. Grinberg, *Código Civil e Cidadania*, 2.ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002; Gyslene Neder, “Cidade, identidade e exclusão social”, *Tempo*, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol. 2, n. 3, jun 1997, Rio de Janeiro, Relume Dumar, 1997, p. 196 a 134.

⁶² Ver: S. G. Costa, “Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 2/200, Florianópolis, CFH/CCE/UFCS, 2002, p. 301-324.

⁶³ Inventário do Capitão de Mar-e-Guerra Aurélio Gracindo Fernandes de Sá, 1873, caixa 4011, n° 377, AN.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

Cuidam de serviços antes das parentelas (de sangue ou afins), e do ensino e vínculos, segundo classes sociais. Para as abastadas, currículos escolares têm conteúdos culturais nem sempre ao alcance de mães e pais protetores. Orfanatos, poucos para crianças pobres, preparam mulheres para trabalho doméstico e casamento, e homens para oficinas; todos, futuros assalariados de novos senhores e senhoras. Esses serviços se dão conforme disponham as famílias de nenhuma ou de maior ou menor renda. É usual que escravos, mesmo libertos, reconheçam reciprocidades nas alforrias: o conforto das moradas depende deles, e isso os favorece; a abolição chega aos escravos e pode até não chegar, como no caso de “uma preta Ana ainda escrava” em 1892, por ocasião da comemoração de mais um 13 de Maio em São Paulo, fato de grande comoção, assinala Machado de Assis.⁶⁴

Finda a escravidão, relações contratuais ou semicontratuais se impõem. Cristiano, antes da abolição, em discurso como senador, indicara “embaraços à transformação dos escravos em homens livres”.⁶⁵ Embaraços prosseguem. Cristiano conhece debates sobre eles, alongados por mais de 20 anos (1884 a 1906). Em 1884, empresas privadas pretendem “regular” o trabalho doméstico e resolver “um estado de desmoralização” desse serviço, até hoje feito “sem bases sólidas”, indicando seu “estado lamentável nesta Corte chamando a atenção do Governo”.⁶⁶ As propostas de agências de aluguel de serviços domésticos tentam reavivar velhas regras de tutela. Sobressaltos vividos por ex-escravos sem ter o “que fazer”, nem “para onde ir”, se favorecem antigas dependências, também impulsionam velhos modos de viver recriados na busca, seja de recursos livres na natureza, como peixes de rios e de mar, matas para colher, plantar, criar e caçar; seja de restos disponíveis em casas de desperdícios.⁶⁷ Salários, mesmo precários, consolidam a experiência e o direito de liberdade de ir-e-vir. Os trabalhos das ruas e das casas, descontínuos e mal remunerados, não impedem a formação de famílias e de apoios recíprocos muito plurais. As agências de emprego doméstico pretendem bloquear direitos empregatícios, apregoando regras tutelares e ampliando controles. Sob a República, essas mesmas

⁶⁴ M. de Assis, *A Semana* (1892-1900), v. 1, 15 de maio de 1892, Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1938, p. 33. Para debates e publicações sobre alforrias no Brasil, ver: Sheila Faria, “Mulheres forras – riqueza e estigma social”, *Tempo*, vol. 5, n. 9, jul. 2000, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000, p. 65-92.

⁶⁵ C. B. Ottoni, *Emanipação dos escravos*, p. 2.

⁶⁶ *Serviço Doméstico, Propostas de Antonio Felix Garcia de Infante, Josino Emiliano da Silva, Jeronymo d’Assis Pinto Freitas & C. 1884*, código 48-4-56, AGCERJ, 18v.

⁶⁷ Ver: S. G. Costa, “Sociedade Salarial em Robert Castel e o caso brasileiro”, *Serviço Social e Sociedade*, n. 63, São Paulo, Cortez, 2000, p. 5-26.

regras insistem em burlar a ordem jurídica. Em março de 1892, Evaristo de Moraes opina sobre outra proposta de uma empresa. Recorrendo a notícias de jornais, defende essas regras, alertando para riscos postos por “pessoas desconhecidas” vindas de “grandes levadas de imigrantes vadios aladroando enquanto podem” e da irresponsabilidade de agências intermediárias que as “introduzem nos seios das famílias”.⁶⁸ Mas opiniões do Ministério e o parecer de indeferimento de Dario Freire de 1893 reiteram a regra constitucional: “nenhum motivo de ordem pública poderia justificar os limites postos a esse direito excluindo uma classe inteira do regime contratual comum”.⁶⁹ Cristiano e Bárbara nada assinalam dessa crise, salvo a perda consentida de Sofia, criada de confiança, mandada a Paris, para servir à filha e aos netos, em continuidade a códigos de mandar e obedecer das elites brasileiras, diferentes dos modos de cuidar da prole na França da época.⁷⁰ Há dificuldades em substituir Sofia⁷¹: “Sei que hás de ter tido prazer em ver Sofia. Ainda não achamos outra criada que bem a substitua: esta, por ora, boa rapariga, mas pouco jeitosa”. Na casa, há outros apoios: “Luiza continua em nossa cozinha, e o copeiro Luís faz o nosso serviço e do chalet de Julio e Virgínia”. Esses empregados bastam. Antigos costumes seguem seu curso; neles, quantas diásporas mais?

M. de Assis, em sua crônica, registra as diásporas por mortes: “na semana os estudantes de direito desciam a serra por Cubatão e vinham tomar o vapor de Santos para assistir à primeira representação de uma peça de teatro. Lembras-te, Ferreira de Menezes? Lembras-te, Sizenando Nabuco? Não respondem; creio que estão mortos”. Enumera ausências na igreja; vê só um rosto de outrora, “um velho cantor de igreja (...) que, em criança, ouvira cantar nas festas religiosas (...). Que idade teria? Sessenta. Setenta. Oitenta”. Despovoamentos, por hábitos novos, estão em saídas do Rio, nos feriados e dias santos, como as de Cristiano e Bárbara. As festas santas se esvaziam: “Entrei na igreja. A gente não era muita; sabe-se que parte da população está fora daqui. Metade dos fiéis ali presentes eram senhoras”. Procissões encurtam-se de andores, tochas e encenações: “Como entender depois da passagem do Humaitá, que as procissões do enterro, uma de S. Francisco de Paula, outra do Carmo, eram tão compridas que não acabavam mais?” Referências sobre a cidade se apagam: “Tempo houve em

⁶⁸ Ibid., 18v.

⁶⁹ Ibid., p. 25-26.

⁷⁰ Ver: N. Léfaucheur, “Maternidades, família e Estado”, George Duby, Michelle Perrot, *História das mulheres no Ocidente: o século XX*, tradução de Maria Helena da C. Coelho e outros, Porto, Afrontamento, São Paulo, Ebradil, 1994, p. 479-503.

⁷¹ C. B. Ottoni, B. B. de A. M. Ottoni, op. cit., p. 56.

*Tornando “à simpleza antiga”.
Rio de Janeiro, fins do século XIX*

que o primeiro Frontão da rua do Ouvidor (...), perto da rua Gonçalves Dias, era (...) a confeitaria Pascoal. Este nome que nenhuma comoção produz na alma do rapaz nascido com o século, acorda em mim saudades vivíssimas”. À maneira de Proust, Machado associa o nome Farani a sabores de outrora: “A casa da mesma rua, esquina da dos Ourives, onde ainda ontem (perdoem ao guloso) comprei um excelente paio, era uma casa de jóias, pertencente a um italiano, um Farani, Cesar Farani, creio, na qual passei horas excelentes. Fora, fora, memórias importunas!” A velhice lhe parece “idéia recente”, pois antes “tudo era juvenil no mundo, não juvenil de passagem, mas perpetuamente juvenil”. Das lembranças de moças e velhas, só guarda “que naquele tempo havia algumas pessoas velhas, mas poucas”. Palmas hoje amareladas antes eram “muito mais verdes que as de hoje”, cor do tempo da juventude. Cristiano, Bárbara e M. de Assis partilham estranhamentos desses tempos de velhice. Na igreja, o velho escritor indica um modo de suportá-los: “Soou o cantochão. Chegou-me o incenso. A imaginação deixou-se-me embalar pela música e inebriar pelo aroma, duas fortes asas que a levaram de oeste a leste. Atrás dela foi o coração, tornado à simpleza antiga”.⁷²

⁷² M. de Assis, *A Semana* (1892-1900), v. 1, 25 de março de 1894, op. cit., p. 72.